

O fim de 15 colônias agrícolas

Roriz vai revogar decretos de Cristovam Buarque que criavam essas áreas. Perto de 750 famílias devem ser atingidas pela medida

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

As invasões foram novamente um dos principais itens da pauta de reunião entre o governador Joaquim Roriz (PMDB) e seu secretariado, na noite de quarta-feira. Depois de quatro horas de avaliações, foi tomada importante decisão: 15 colônias agrícolas — criadas pelo ex-governador Cristovam Buarque (PT) — vão deixar de existir. Para a nova equipe de governo, essas áreas, onde moram hoje cerca de 750 famílias, estão sendo ocupadas de forma irregular.

A nova equipe de governo decidiu revogar, um por um, os 15 decretos que regulamentam essas áreas de ocupação. Em 22 de outubro de 1998, o então governador Cristovam Buarque (PT) criou, de uma tacada só, 15 novas colônias agrícolas. Elas são localizadas nas mais diversas áreas do Distrito Federal, como Taguatinga, Guarã, Ceilândia e Lago Norte.

“O que nos chamou atenção é a falta de características rurais dessas colônias, porque estão muito próximas das cidades. Tememos que elas se transformem em focos urbanos desordenados. É preciso reavaliar o planejamento dessas áreas”, explica o secretário de Agricultura, Agnaldo Lélis.

A Secretaria de Agricultura já está fazendo um levantamento para identificar as famílias que terão de ser removidas. “A ordem é desocupar. Essas ocupações são irregulares”, destaca a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.

Com a revogação dos decretos, essas colônias deixarão de existir legalmente e a ocupação da áreas volta a ser irregular. Segundo o secretário de Agricultura, a média de ocupação é de 50 famílias por colônia. Na Colônia Agrícola do Governador, em Taguatinga, próxima a Águas Claras, existem 85 ocupantes, fixados em propriedades de dois hectares.

“Nos assustou o fato de as áreas já estarem ocupadas. Não sabemos se essas pessoas receberam algum tipo de autorização do governo anterior para isso”, diz o secretário. Mas o governo garante que a remoção será feita por meio do diálogo. “Vamos dar a solução caso a caso, conhecendo primeiro quem está vivendo nessas colônias”, ameniza Lélis. O secretário promete visitar cada uma das colônias para conhecer mais de perto o problema. “Estamos ainda fazendo um raio X da situação dessas áreas ditas rurais”.

Mas a solução para o caso ficará mesmo a cargo da Secretaria de Assuntos Fundiários, que acaba de ser criada pelo governo. Ela terá a

Paulo de Araújo 25.7.96



Colônia agrícola perto de Taguatinga vai ficar irregular no governo Roriz

missão de mapear as áreas que podem ou não ser ocupadas e quais suas devidas destinações. “Acreditamos que algumas dessas colônias estejam em região de proteção ambiental”, aponta o secretário.

Outra colônia agrícola que está na mira do governo é a do Catetinho, a cerca de cinco quilômetros da casa do governador Joaquim Roriz, no Park Way. Fica em uma estrada de terra que corta a DF-003, próximo da Granja do Ipê, entre o Núcleo Bandeirante e o Riacho Fundo. O local é uma área de proteção ambiental, da Fundação Zoológica, que arrenda 74 chácaras para trabalhadores rurais, com exigências especiais de utilização.

O problema é que a área está

sendo invadida por novas famílias, tumultuando a região. “Tem até gente de Catalão invadindo a colônia”, afirma Anderson Nicasio Oliveira, um dos filhos de agricultores, que mora há 12 anos na região.

A colônia é protegida pela Lei 1.840 que garante a terra para os filhos de agricultores e para caseiros com mais de cinco anos morando ali. Mas com a nova onda de invasão no local, o governo já iniciou uma operação de retirada. “É uma área delicada. Sua ocupação também tem de ser revista porque a colônia está à beira de córregos”, diz a secretária de Habitação.

■ Colaborou: Cristina Ávila

Contratos estão sendo cancelados

Depois de mandar sua equipe passar um pente-fino em todos os contratos em vigência assinados pela gestão anterior, o governador Joaquim Roriz (PMDB) decidiu cancelar grande parte deles. Ele assinou decreto, no início da noite de ontem, formalizando a rescisão. A maioria é com empresas prestadoras de serviço ao GDF.

“Começou uma nova gestão que tem o direito de tomar seus próprios rumos e não ficar obrigada a seguir aqueles definidos por uma gestão passada”, justifica o consultor jurídico do governo, Paulo César Ávila.

Na reunião com os secretários na noite de quarta-feira, ficou definido que o Programa Saúde em Casa não poderá ser mantido nos mesmos moldes. Segundo a avaliação do governo, ele é “ineficiente” e não compensa o custo de R\$ 5 milhões mensais. A idéia é integrá-lo ao sistema de saúde. Com essa medida, as casas alugadas para o atendimento aos pacientes não seriam mais necessárias. O secretário interino de Saúde, Paulo Kalume, adiantou que as 246 residências estão com os aluguéis. Os valores variam entre R\$ 400 e R\$ 700.

Outra das decisões tomadas durante a reunião do governador com seu secretariado na noite de quarta-feira foi a terceirização dos serviços de administração e manutenção dos cemitérios. A Fundação de Serviço Social deixará de ter essa função.